

Despacho n.º 18 159/2005 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea que o sargento em seguida mencionado seja promovido ao posto que lhe vai indicado, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º e da alínea c) do artigo 262.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no artigo 56.º, na alínea b) do n.º 1 do artigo 263.º e no n.º 3 do artigo 279.º do mesmo Estatuto:

Quadro de sargentos OPRDET:

Sargento-ajudante:

1SAR OPRDET Q 064423-E, José Paulo Alves Pereira, AM 1.

Preenche a vaga em aberto no respectivo quadro especial pela promoção ao posto imediato do SAJ OPRDET 029462-E, José Manuel Paredes Vieira, verificada em 22 de Junho de 2005.

Conta a antiguidade e os efeitos administrativos desde 22 de Junho de 2005.

É integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 328/99, de 18 de Agosto, tendo direito a 5 pontos de diferencial ao abrigo da conjugação dos n.ºs 2, 3 e 4 do mesmo artigo.

30 de Junho de 2005. — Por delegação do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, o Comandante, *João Manuel Mendes de Olivera*, TGEN/PILAV.

Despacho n.º 18 160/2005 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea que o sargento em seguida mencionado seja promovido ao posto que lhe vai indicado, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º e da alínea b) do artigo 262.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no artigo 56.º, na alínea c) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 263.º e no n.º 4 do artigo 279.º do mesmo Estatuto:

Quadro de sargentos OPCOM:

Sargento-chefe:

SAJ OPCOM Q 029416-A, José António Tomás da Silva, DGMFA.

Preenche a vaga em aberto no respectivo quadro especial pela passagem à situação de reserva do SCH OPCOM 018068-J, José do Carmo Martins, verificada em 1 de Abril de 2005.

Conta a antiguidade e os efeitos administrativos desde 1 de Abril de 2005.

É integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 328/99, de 18 de Agosto.

30 de Junho de 2005. — Por delegação do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, o Comandante, *João Manuel Mendes de Oliveira*, TGEN/PILAV.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Secretaria-Geral

Despacho n.º 18 161/2005 (2.ª série). — Considerando a necessidade de assegurar a direcção da Divisão de Relações Públicas e Protocolo da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, à qual compete exercer as competências resultantes do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 83/2001, de 9 de Março;

Considerando que os titulares dos cargos de direcção intermédia são recrutados dentre funcionários dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo que reúnam obrigatória e cumulativamente os requisitos previstos nas alíneas a) a c) do n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, designadamente licenciatura e quatro anos de experiência profissional na carreira técnica superior, uma vez que está em causa lugar de direcção intermédia do 2.º grau e que, de acordo com o n.º 6 do artigo 35.º, a posse da formação específica não constitui, por ora, requisito de recrutamento obrigatório;

Atendendo a que a candidatura formalizada por Maria João Vidal Lobato dos Santos Lopes, assessora principal do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, é a que, dentre as apresentadas, melhor se adequa ao perfil definido para o exercício da

função, tendo presente aquele que foi fixado pela Administração, respondendo igualmente aos requisitos legalmente previstos para o provimento no cargo, porquanto se trata de licenciada em Direito que é técnica superior desde 1984, com mais de quatro anos de experiência profissional na carreira, e exerce funções como técnico superior, coordenador e dirigente na área da informação, relações públicas e protocolo desde Março de 1989, acumulando uma vasta experiência específica na área em apreço:

Nomeio, ao abrigo do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos, a assessora principal do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça licenciada Maria João Vidal Lobato dos Santos Lopes para o cargo de chefe de divisão de Relações Públicas e Protocolo da mesma Secretaria-Geral.

A nomeação produz efeitos a partir da data do presente despacho, sendo efectuada por urgente conveniência de serviço.

19 de Julho de 2005. — A Secretária-Geral, *Maria dos Anjos Maltez*.

ANEXO

Síntese curricular

Dados pessoais:

Nome — Maria João Vidal Lobato dos Santos Lopes.

Habilitações académicas:

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa.

Categoria profissional actual:

Assessor principal do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça.

Actividade profissional:

Iniciou funções públicas como oficial de justiça em 7 de Novembro de 1975.

Nomeada técnica superior de 2.ª classe do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça em 10 de Dezembro de 1988, exercendo funções no Núcleo de Apoio Jurídico.

Nomeada chefe de divisão do Gabinete de Documentação, Informação e Relações Públicas da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça em 1 de Outubro de 1991.

Nomeada chefe de divisão de Relações Públicas e Protocolo da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça em 23 de Março de 2001.

Representante da Secretaria-Geral no Programa INFOCID.

Representante da Secretaria-Geral na equipa de projecto para a desburocratização do Ministério da Justiça.

Formação profissional:

Frequência de acções de formação nas áreas de recursos humanos, empreitadas de obras públicas, documentação, arquivo, relações públicas e protocolo.

Direcção-Geral da Administração da Justiça

Despacho (extracto) n.º 18 162/2005 (2.ª série). — Por despacho de 28 de Julho de 2005 do subdirector-geral da Administração da Justiça, por delegação da directora-geral (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 120, de 24 de Junho de 2005):

Ana Marília Lopes Antunes Elias, escritvã-adjunta do Tribunal da Comarca de Torres Novas — autorizada a permuta para idêntico lugar do Tribunal da Comarca de Tomar.

Maria Regina Alves Filipe, escritvã-adjunta do Tribunal da Comarca de Tomar — autorizada a permuta para idêntico lugar do Tribunal da Comarca de Torres Novas.

(Aceitação — dois dias.)

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

29 de Julho de 2005. — A Directora de Serviços, *Helena Almeida*.

Despacho (extracto) n.º 18 163/2005 (2.ª série). — Por despacho de 29 de Julho de 2005 do subdirector-geral da Administração da Justiça, por delegação da directora-geral (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 120, de 24 de Junho de 2005):

Ana Cristina Rocha Alves Martins, escritvã-adjunta do 7.º ao 12.º Juízos de Pequena Instância Cível de Lisboa (novos) — autorizada a permuta para idêntico lugar do 1.º Juízo Cível de Lisboa.

Raul António Machado Gomes, escrivão-adjunto do 1.º Juízo Cível de Lisboa — autorizada a permuta para idêntico lugar do 7.º ao 12.º Juízos de Pequena Instância Cível de Lisboa (novos).

(Aceitação — dois dias.)

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

1 de Agosto de 2005. — A Directora de Serviços, *Helena Almeida*.

Direcção-Geral dos Serviços Prisionais

Despacho (extracto) n.º 18 164/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 23 de Junho de 2005, no exercício de competência delegada:

Maria Laura Maia Esteves, enfermeira graduada, escalão 7, índice 220, do quadro de pessoal da Administração Regional de Saúde do Norte, Centro de Saúde de Soares dos Reis e Oliveira do Douro — transferida, com a mesma categoria, escalão e índice, para o quadro de pessoal dos serviços externos desta Direcção-Geral.

2 de Agosto de 2005. — A Subdirectora-Geral, *Maria Fernanda Farinha*.

Despacho (extracto) n.º 18 165/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 15 de Julho de 2005, no exercício de competência delegada:

Rosalinda Gomes Souto, assistente administrativa, escalão 1, índice 142, do quadro de pessoal da Direcção Regional de Educação do Norte — transferida, com a mesma categoria, escalão 2, índice 209, para o quadro de pessoal desta Direcção-Geral, com efeitos a partir de 1 de Setembro de 2005.

3 de Agosto de 2005. — A Subdirectora-Geral, *Maria Fernanda Farinha*.

Directoria Nacional da Polícia Judiciária

Despacho n.º 18 166/2005 (2.ª série). — Por despachos de 2 de Agosto de 2005 do director nacional-adjunto da Polícia Judiciária, Dr. José de Almeida Rodrigues:

Donatilde de Melo Soares, auxiliar administrativa do quadro da Polícia Judiciária, a exercer, em comissão de serviço extraordinária, as funções de telefonista, na mesma Polícia — nomeada, definitivamente, telefonista, do quadro da Polícia Judiciária.

Natália da Conceição Melo Soares Vieira, auxiliar de limpeza do quadro da Polícia Judiciária, a exercer, em comissão de serviço extraordinária, as funções de auxiliar administrativa, na mesma Polícia — nomeada, definitivamente, auxiliar administrativa, do quadro da Polícia Judiciária.

(Não está sujeita a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

4 de Agosto de 2005. — O Director do Departamento de Recursos Humanos, *Domingos António Simões Baptista*.

Instituto Nacional de Medicina Legal

Deliberação n.º 1133/2005. — Considerando que a Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, nas disposições conjugadas do n.º 4 do artigo 2.º e do artigo 20.º, estabelece que o recrutamento dos titulares de cargos de direcção intermédia do 1.º grau é efectuado por escolha dentre funcionários com seis anos de experiência profissional, em carreira para cujo provimento seja legalmente exigível uma licenciatura, dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo e considerando o disposto no artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 96/2001, de 26 de Março;

Considerando que, tendo sido dado cumprimento ao estabelecido no n.º 1 do artigo 21.º da referida lei, a licenciada Graça Maria Pessa Baptista dos Santos Costa reúne os requisitos legais para o exercício de cargos dirigentes e é possuidora de currículo, perfil e experiência profissionais adequados à prossecução das atribuições e dos objectivos do Serviço de Clínica Médico-Legal da Delegação de Coimbra do Instituto Nacional de Medicina Legal, conforme se retira da respectiva nota curricular publicada em anexo;

O conselho directivo do Instituto Nacional de Medicina Legal deliberou, em reunião de 7 de Julho de 2005, nomear, em comissão de serviço, ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 20.º e 21.º, n.ºs 3 e 4, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, a licenciada Graça Maria Pessa Baptista dos Santos Costa, assistente graduada de medicina legal do quadro de pessoal do Instituto Nacional de

Medicina Legal, directora do Serviço de Clínica Médico-Legal da Delegação de Coimbra do Instituto Nacional de Medicina Legal.

A presente nomeação produz efeitos a partir de 12 de Julho de 2005, por urgente conveniência de serviço, pelo período de três anos.

7 de Julho de 2005. — O Vice-Presidente do Conselho Directivo, *Bernardes Tralhão*.

ANEXO

Nota curricular

I — Dados biográficos:

Nome — Graça Maria Pessa Baptista dos Santos Costa;
Data de nascimento — 5 de Agosto de 1953;
Naturalidade — Coimbra.

II — Currículo académico:

Licenciatura em Medicina pela Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra — 28 de Julho de 1981;
Internato geral no Hospital Distrital da Guarda e na Maternidade de Bissaya Barreto, em Coimbra — 1982-1983;
Curso Superior de Medicina Legal — 1982;
Especialista em Medicina Legal pela Ordem dos Médicos — 1990;

1.º curso de pós-graduação sobre Peritagem Médico-Legal no Âmbito da Reparação Civil do Dano Pós-Traumático — 1991;
Curso de pós-graduação em Medicina Legal, Social e do Trabalho — 1996;

1.º curso de mestrado em Medicina Legal — 1995-1996.

III — Currículo profissional:

Em 3 de Dezembro de 1984 toma posse do lugar de técnico superior de medicina legal de 2.ª classe, na área de clínica médico-legal, do quadro de pessoal do Instituto de Medicina Legal de Coimbra, aberto por concurso de provimento;

Em 1 de Julho de 1986 transita para assistente estagiária de medicina legal;

Em 12 de Fevereiro de 1993 toma posse do lugar de assistente de medicina legal do quadro de pessoal do Instituto de Medicina Legal de Coimbra;

Em 6 de Janeiro de 1999 obtém o grau de consultor da carreira médica de medicina legal;

Em 12 de Maio de 2000 é nomeada assistente graduada de medicina legal;

Membro da direcção do colégio da especialidade de medicina legal da Ordem dos Médicos desde 20 de Março de 1999, exercendo funções como secretária do respectivo colégio a partir de 14 de Novembro de 2003;

Integrou o grupo de trabalho com vista à elaboração de um projecto sobre metodologia pericial e modelo de relatório para avaliação médico-legal do dano corporal em direito civil (2001), fazendo parte actualmente do grupo de trabalho para elaboração de indicadores de *workload* técnico-científico no âmbito das perícias médico-legais, nas áreas da clínica médico-legal e da tanatologia forense;

Orientadora de formação do internato complementar de medicina legal na Delegação de Coimbra do Instituto Nacional de Medicina Legal desde Dezembro de 1998;

Directora do internato complementar de medicina legal na Delegação de Coimbra do Instituto Nacional de Medicina Legal desde 11 de Janeiro de 2005;

Secretária do conselho fiscal da Associação Portuguesa de Avaliação do Dano Corporal (APADAC) desde Novembro de 2003, integrando o corpo redactorial da *Revista Portuguesa do Dano Corporal*.

Instituto de Reinserção Social

Despacho (extracto) n.º 18 167/2005 (2.ª série). — Por despacho de 8 de Julho de 2005 do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça:

Licenciada Maria Eugénia Magalhães Falcão da Gama Pombeiro, técnica de orientação escolar e social do quadro de pessoal deste Instituto — renovada por mais um ano a licença especial para o exercício transitório de funções na Região Administrativa Especial de Macau, da República Popular da China, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

3 de Agosto de 2005. — A Presidente, *Maria Clara Albino*.